

*Por determinação de Sua Excelência  
o Presidente da A. R. à*  
*DI. GEN*

**REQUERIMENTO**

*28-8-2001*  
*all*

N.º 2180/VIII/2.a - AC

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE  
E EXPEÇA-SE  
*201/09/05*

Ex.mo Senhor  
Presidente da  
Assembleia da República

**Assunto:** Apoio do Ministério da Cultura a cursos leccionados em estabelecimentos de ensino superior (situação específica do curso de pós-graduação em “gestão cultural nas cidades” – INDEG/ISCTE).

De acordo com o “Diário de Notícias” do passado dia 18, “o actual Ministro da Cultura indeferiu o pedido de apoio financeiro prometido por José Sasportes, seu antecessor na pasta, ao curso de pós-graduação em gestão cultural nas cidades, organizado pelo INDEG/ISCTE (...)”.

O mesmo jornal noticiava que o apoio do Ministério da Cultura ao referido curso era notório através da presença do respectivo logotipo na página da Internet do INDEG/ISCTE e, citando um assessor de imprensa do Ministério, afirmava que “a decisão foi já tomada por Santos Silva e que, por esse facto, o Ministério não irá apoiar o curso.”

Independentemente da eventual bondade da intenção do anterior Ministro da Cultura e sabendo que o anúncio do apoio do MC ao mencionado curso ainda hoje subsiste na página da Internet do INDEG/ISCTE (no endereço [www.indeg.org/novos\\_cursos/new\\_gestao\\_cultural.html](http://www.indeg.org/novos_cursos/new_gestao_cultural.html)), importa conhecer e ajuizar das razões para a concessão do citado apoio (num primeiro momento) e para a anulação do mesmo (num segundo momento).

Para além dos contornos mais gerais deste caso (amplamente noticiados pela Comunicação Social), interessa, essencialmente, conhecer os critérios por que se pauta o Ministério da Cultura para a tomada de decisões nesta área específica (apoio a cursos leccionados em estabelecimentos do ensino superior).

*Comunicação*  
*no grupo parlamentar*  
*-6 SET 2001*  
*f. J. J. J.*

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <b>4710</b>
Classificação
<b>05.02.03</b>
Data
<b>24.08.01</b>



GRUPO PARLAMENTAR

Assim, nos termos constitucionais e regimentais em vigor, venho por este meio requerer que o Governo, através do Ministério da Cultura, informe, com urgência, sobre:

- Os critérios que presidiram às decisões sobre o apoio (ou não apoio) ao curso de pós-graduação em «gestão cultural nas cidades» (INDEG/ISCTE) e a quaisquer outros;
- A listagem dos cursos leccionados em estabelecimentos do ensino superior apoiados pelo Ministério da Cultura nos últimos cinco anos.

O Deputado do Partido Social Democrata

  
(Pedro Duarte)

Assembleia da República, 24 de Agosto de 2001